

LEI Nº 15.346, DE 14 DE JANEIRO DE 2026

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 20252026.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte- Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 20252026 no montante de R\$ 5.888.958.698.7096.542.612.741.768,00 (~~cinco~~seis trilhões, ~~oitocentos~~quinhentos e ~~oitenta~~quarenta e ~~oitodois~~ bilhões, ~~novecientos e cinquenta e oito milhões~~, seiscentos e ~~noventa e oito~~doze milhões, setecentos e quarenta e um mil e setecentos e ~~noventa~~sessenta e oito reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendidos, nos termos do disposto no ~~art. 165, § 5º, da Constituição~~:art. 165, § 5º, da Constituição:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, aos seus fundos e aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangidos todos os órgãos e as entidades a ela vinculados e da administração pública federal direta e indireta e os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, ~~detenha a maioria do capital social com direito a voto~~, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da receita

Art. 2º A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 5.722.394.887.7216.344.718.539.207,00 (~~cinco~~seis trilhões, ~~setecentos e vinte e dois bilhões~~, trezentos e ~~noventa~~quarenta e quatro bilhões, setecentos e dezoito milhões, ~~oitocentos~~quinhentos e ~~oitenta~~trinta e ~~setenove~~ mil e ~~setecentos~~duzentos e ~~vinte e um~~sete reais), incluída aquela proveniente da emissão de títulos destinada ao Refinanciamento da Dívida Pública Federal, interna e externa, em observância ao disposto no ~~art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000~~,art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na forma detalhada nos Anexos a que se refere o art. 9º,-caput, incisos I e IX, desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal - R\$ 2.604.738.405.256925.343.059.882,00 (dois trilhões, ~~seiscentos~~novecentos e ~~quatro~~ vinte e cinco bilhões, ~~setecentos e trinta~~ trezentos e ~~oitenta~~quarenta e três milhões, ~~quatrocentos e cinco mil e duzentos e~~cinquenta e ~~seis~~nove mil e oitocentos e ~~oitenta e dois~~ reais), excluída a receita de que trata o inciso III;

II - Orçamento da Seguridade Social - R\$ 1.461.815.982.317596.403.311.848,00 (um trilhão, ~~quatrocentos~~quinhentos e ~~sessenta~~noventa e ~~um~~seis bilhões,~~oitocentos~~ quatrocentos e ~~quinze~~três milhões, ~~novecientos~~trezentos e ~~oitenta e dois~~onze mil e ~~trezentos~~oitocentos e ~~dezessete~~quarenta e oito reais); e

III - Refinanciamento da Dívida Pública Federal - R\$ 1.655.840.500.148822.972.167.477,00 (um trilhão, ~~seiscentos e cinquenta e cinco bilhões~~,oitocentos e ~~quarenta~~vinete e dois bilhões, novecentos e ~~setenta e dois~~ milhões, ~~quinhentos mil e cento e~~ quarenta e ~~oitos~~sessenta e sete mil e quatrocentos e setenta e sete reais), constantes do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O valor a que se refere o inciso I ~~do caput deste artigo incluído~~ caput inclui, com fundamento no disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 20252026, R\$ 228.533.470.465288.095.342.537,00 (duzentos e ~~vinte~~oitenta e oito bilhões, ~~noventa e cinco milhões~~, trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos e trinta e ~~três milhões~~, ~~quatrocentos e setenta mil e quatrocentos e sessenta e cinco~~sete reais) referentes a operações de crédito cuja realização



depende da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, observado o disposto no ~~art. 167, caput, inciso III, da Constituição~~, art. 167, caput, inciso III, da Constituição, ressalvado o disposto no art. 3º, § 3º, incisos I e II, e no art. 8º, § 1º, inciso II, desta Lei.

Seção II

Da fixação da despesa

Art. 3º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ ~~5.722.394.887.721~~6.344.718.539.207,00 (~~cinco~~seis trilhões, ~~setecentos e vinte e dois bilhões~~, trezentos e ~~noventa~~quarenta e quatro bilhões, ~~setecentos e dezoito~~ milhões, ~~oitocentos~~quinhentos e trinta e ~~oitenta~~nove mil e duzentos e sete ~~mil e setecentos e vinte e um~~ reais), incluída aquela relativa ao Refinanciamento da Dívida Pública Federal, interna e externa, em observância ao disposto no ~~art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000~~, art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na forma detalhada entre os órgãos orçamentários no Anexo II a esta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal - R\$ 2.~~263.865.511.507~~543.204.954.681,00 (dois trilhões, ~~quinhentos e quarenta e três bilhões~~, duzentos e ~~sessenta e três bilhões~~, ~~oitocentos e sessenta e cinco~~ quatro milhões, ~~quinhentos e onze~~novecentos e cinquenta e quatro mil e ~~quinhentos~~seiscentos e ~~sete~~oitenta e um reais), excluída a despesa de que trata o inciso III;

II - Orçamento da Seguridade Social - R\$ 1.~~802.688.876.066~~978.541.417.049,00 (um trilhão, ~~oitocentos~~ novecentos e ~~dois~~setenta e oito bilhões, ~~seiscentos e oitenta~~quinhentos e ~~oito~~quarenta e um milhões, ~~oitocentos e setenta~~quatrocentos e ~~seis~~dezessete mil e ~~sessenta~~quarenta e ~~seis~~nove reais); e

~~III~~ III - Refinanciamento da Dívida Pública Federal - R\$ 1.~~655.840.500.148~~822.972.167.477,00 (um trilhão, ~~seiscentos~~oitocentos e ~~cinquenta~~vinte e ~~cinco~~dois bilhões, ~~oitocentos~~novecentos e ~~quarenta~~setenta e dois milhões, ~~quinhentos~~mil-cento e ~~quarenta e oito~~sessenta e sete mil e quatrocentos e setenta e sete reais), constantes do Orçamento Fiscal.

§ 1º Do montante fixado no inciso II ~~do caput, a~~do caput a parcela de R\$ ~~340.872.893.749~~382.138.105.201,00 (trezentos e ~~quarenta~~ oitenta e dois bilhões, ~~oitocentos~~cento e ~~setenta~~trinta e ~~dois~~oito milhões, ~~oitocentos~~cento e ~~noventa e três~~cinco mil e ~~setecentos~~duzentos e ~~quarenta e nove~~um reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

§ 2º ~~Os valores~~O valor a que se ~~referem os incisos I e~~ refere o inciso II ~~do caput deste artigo incluem~~do caput inclui R\$ ~~228.533.470.465~~288.095.342.537,00 (duzentos e ~~vinte~~oitenta e oito bilhões, ~~noventa e cinco~~ milhões, ~~trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos e trinta e três~~ milhões, ~~quatrocentos e setenta mil e quatrocentos e sessenta e cinco~~sete reais) ~~referentes~~referente a despesas que, com fundamento no disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para ~~2025, devem~~2026, deverão ser financiadas por operações de crédito cuja realização depende da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, observado o disposto no ~~art. 167, caput, inciso III, da Constituição~~, art. 167, caput, inciso III, da Constituição, ressalvado o disposto no § 3º ~~deste artigo~~.

§ 3º As dotações de que trata o § 2º somente poderão ser executadas após a substituição da fonte de recursos condicionada de operações de crédito:

I - por outras fontes, ~~na forma~~nos termos do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para ~~2025~~2026;

~~II- pela fonte de operação de crédito definitiva, caso o cumprimento do disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição seja suspenso na forma da Constituição, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025; e~~

~~III- pela fonte de operação de crédito definitiva, por meio da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, observado o disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição.~~

II- por fonte de operação de crédito definitiva, caso o cumprimento do disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição seja suspenso na forma prevista na Emenda à Constituição nº 106, de 7 de maio de 2020, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026; e

III - pela fonte de operação de crédito definitiva, por meio da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, observado o disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição.

Seção III

Da autorização para a abertura de créditos suplementares

Art. 4º A abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações dos subtítulos integrantes desta Lei não poderá resultar no cancelamento de dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, classificadas com "RP 6;", "RP 7" e "RP 8;", ressalvado o disposto ~~no~~ nos §§ 9º e 10 deste artigo, e deverá:

~~I - ser compatível com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 e com os limites individualizados a que se refere o art. 3º, caput, incisos I a V, da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; e~~

I - ser compatível com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 e com os limites individualizados a que se refere o art. 3º, caput, incisos I a V, da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; e

II- observar o disposto no art. 8º, parágrafo único, da ~~Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.~~ Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações dos ~~subtítulos~~ integrantes desta Lei, consideradas as alterações de seus detalhamentos efetuadas com fundamento na lei de diretrizes orçamentárias, por meio da utilização dos recursos indicados no § 2º, ~~das dotações relativas~~ relativos às seguintes despesas: ~~I - despesas primárias obrigatórias (RP 1);~~

I - ~~despesas primárias obrigatórias (RP 1);~~

II - despesas financeiras (RP 0) ~~relativas~~ com:

a) ~~ao~~ serviço da dívida pública federal;

b) ~~às~~ transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, observado o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;

~~observado o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;~~

c) ~~à~~ contribuição da União e de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de

~~e)~~ previdência dos servidores públicos federais;

d) ~~à~~ constituição de reserva de contingência financeira, quando for necessária a redução do total

~~e)~~ de despesas sujeitas aos limites individualizados de que trata o inciso I ~~do caput~~ do caput; e

~~a)~~ e) as ações:

~~e)~~ à ação:

1. ~~1.~~ "00XC - Aporte de Recursos para Implementação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CGIBS ~~(Lei Complementar nº 214, de 2025);~~ (Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025)";

2. ~~III.~~ "00XB - Transferência ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais- FCBF (art. 12, § 1º, da Emenda à Constituição nº 132, de 20 de dezembro de 2023)"; e

3. "00XF - Financiamento de Operações de Crédito Reembolsável no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010)";

III - despesas primárias discricionárias ~~relativas~~:

a) ~~a)~~ com operações de garantia da lei e da ordem, acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, no âmbito do Ministério da Defesa; ~~b)~~ à

b) com a subfunção defesa civil;

c) ~~e)~~ com as ações:

1. "099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural ~~(Lei nº 10.823, de 2003);~~ (Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003)";

~~4.~~ 2. "2130 - Formação de Estoques Públicos - AGF";

~~2.~~ 3. "0027 - Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação";

~~3.~~ 4. "00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar ~~(Lei nº 8.427, de 1992);~~ (Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992)";

~~4.~~ 5. "0299 - Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF ~~(Lei nº 8.427, de 1992);~~ (Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992)";

~~5.~~ 6. "0300 - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992)";



~~Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)";~~

~~6. "216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos";~~

7. "00M4 - Remuneração a Agentes Financeiros";

8. "218Y - Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas";

9. "20U7 - Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico";

10. "2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública";

~~11. "21GZ - Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30";~~

~~12. "165U - Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil";~~

~~13. "166C - Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência dos BRICS";~~

11. "21HW - Proteção aos Povos e Terras Indígenas - ADPFs 709, 743, 760 e 991";

12. "21EM - Emprego das Forças Armadas e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia em Apoio a Ações em Terras Indígenas";

13. "21H0 - Proteção Socioassistencial em Emergências e Calamidades Públicas";

~~17. "00OP - Integralização de Cotas em Rodadas Específicas de Capital de Bancos Internacionais"; e~~

14. "21I3 - Manutenção de Contrato de Gestão com a Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás", no âmbito do Ministério das Comunicações, até o limite das dotações da Unidade Orçamentária "41260 - Telecomunicações Brasileiras;

S.A." constantes desta Lei;

~~d) às despesas primárias de que trata o art. 3º, § 2º, incisos IV e V, da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; e~~

~~e) às subfunções "125 - Normatização e Fiscalização", "541 - Preservação e Conservação Ambiental", "542 - Controle Ambiental" e "543 - Recuperação de Áreas Degradadas", no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e~~

d) de que trata art. 3º, § 2º, incisos III a V, da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023;

e) do Poder Judiciário equiparadas por decisão judicial às de que trata a alínea "d"; e

f) executadas no exterior, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores; e

IV - demais subtítulos, exceto nas hipóteses em que possa ser suplementado com fundamento no disposto nos demais incisos deste parágrafo, limitada a suplementação a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do subtítulo objeto da suplementação.

§ 2º Para a suplementação das dotações de que trata o § 1º, poderão ser utilizados recursos provenientes de:

I - anulação de dotações, limitada, no caso de despesas primárias discricionárias, a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

II - anulação de dotações, na hipótese de atendimento das despesas previstas nos incisos I, II e III, alínea "eIII, alíneas "c", item 20, do § 1º; 19, do § 1º;

III - reserva de contingência, inclusive a constituída à conta de receitas próprias e vinculadas, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025;

IV - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2024, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e



~~V - excesso de arrecadação, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, e § 3º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.~~

observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026;

IV - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2025, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, e § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e

V - excesso de arrecadação, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, e § 3º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 3º Fica autorizado o remanejamento das dotações no âmbito das programações abrangidas por um mesmo inciso deste parágrafo, relativas às seguintes despesas:

I - ações e serviços públicos de saúde, identificadas com "IU 6";

II - manutenção e desenvolvimento do ensino, identificadas com "IU 8";

III - classificadas com "RP 3", limitada a anulação a 25% (vinte e cinco por cento) das despesas

classificadas ~~com esse~~ com esse identificador de resultado primário;

IV - no âmbito da mesma ação orçamentária e da mesma unidade orçamentária;

V - no âmbito da mesma unidade orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ~~ou do~~ ~~Ministério da~~ ou do Ministério da Educação; e

VI - do Poder Executivo que não possam ser realizadas na forma e nos limites dos demais

incisos deste parágrafo, devendo os remanejamentos ~~ser~~ serem efetuados somente após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de ~~2025;~~ e 2026.

~~VII - ações "21GZ - Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30", "165U - Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil" e "166C - Preparação do Brasil no Âmbito dos Assuntos de Seguridade Social para o Exercício da Presidência dos BRICS".~~

§ 4º Sem prejuízo do disposto nos § 1º a § 3º deste artigo, fica autorizada:

I - a suplementação para recomposição das dotações classificadas com "RP 0", "RP 2" e "RP 3" dos subtítulos integrantes desta Lei, até o limite dos valores que constam no Projeto de Lei Orçamentária de ~~2025~~ 2026 em cada subtítulo, consideradas as modificações propostas nos termos do disposto no ~~art. 166, § 5º, da Constituição,~~ art. 166, § 5º, da Constituição, por meio da anulação de dotações, limitada a ~~10% (dez)~~ 15% (quinze por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e

II - a suplementação de despesas primárias dos órgãos do Poder Judiciário, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações consignadas ao subtítulo "6483 - Reserva de Contingência - Fiscal - Cumprimento da ADI nº 7641" da Ação "OZ01 - Reserva de Contingência Fiscal Primária".

§ 5º A abertura de crédito suplementar será compatível com:

~~I - a meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, observado o intervalo de tolerância a que se refere o art. 4º, § 5º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, quando:~~

I - a meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, observado o intervalo de tolerância a que se refere o art. 4º, § 5º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, quando:

a) não aumentar o montante das dotações de despesas consideradas na apuração da referida meta; ou

b) na hipótese de aumento do referido montante, o acréscimo:

1. estiver fundamentado ~~ou previsto~~ no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias,

~~4.~~ elaborado em cumprimento ao disposto no ~~art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,~~ art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para ~~2025~~ 2026; ou

2. estiver relacionado à transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de recursos que tenham vinculação constitucional ou legal; e

~~II - os limites individualizados de despesas primárias a que se refere o art. 3º, caput, incisos I a V, da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, quando:~~

II - os limites individualizados de despesas primárias a que se refere o art. 3º, caput, incisos I a V, da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, quando:

a) não aumentar o montante das dotações de despesas primárias sujeitas aos referidos limites; ou

b) na hipótese de aumento do referido montante, as dotações orçamentárias resultantes da



b) alteração, inclusive os créditos em tramitação, sejam iguais ou inferiores aos citados limites, sem prejuízo do disposto na ~~Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.~~ Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

§ 6º O ato de abertura de crédito suplementar conterá, sempre que necessário, anexo específico com cancelamentos compensatórios de dotações destinadas a despesas primárias, como forma de garantir a compatibilidade com a meta de resultado primário e os limites individualizados, conforme previsto no § 5º.

§ 7º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até ~~15~~18 de dezembro- de ~~2025~~2026, dos atos de abertura dos créditos suplementares, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 1º, cuja publicação poderá ocorrer até 31 de dezembro de ~~2025~~2026.

§ 8º Na abertura dos créditos e em atendimento às condições de suplementação de que trata- este artigo, poderão ser incluídos grupos de natureza de despesa, identificadores de resultado primário, fontes de recursos e identificadores de uso, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente, sem prejuízo do disposto no § 11.

§ 9º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares que envolvam o cancelamento de ~~dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, classificadas com RP 6, 7 e 8, desde que, cumulativamente:~~

~~I - haja ateste do órgão de que o cancelamento da despesa não resulta em prejuízo aos procedimentos de execução orçamentária e financeira já iniciados;~~

dotações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e coletivas, classificadas com "RP 6", "RP 7" e "RP 8", desde que, cumulativamente:

I - a despesa não tenha sido empenhada;

II - haja impedimento técnico ou legal que impossibilite a execução da despesa, em

II conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para ~~2025~~2026, atestado pelo órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento ~~Federal~~;

~~Federal~~;

III - haja solicitação ou concordância do autor da emenda, inclusive no caso de crédito

III necessário para o cumprimento dos limites de despesa previstos na Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023;

IV - os recursos sejam destinados à suplementação de dotações correspondentes a:a) outras emendas do autor;

~~ou~~

b) ~~b)~~programações constantes desta Lei, hipótese em que os recursos de cada emenda do autor integralmente

anulada deverão suplementar apenas um ~~único~~ subtítulo; no caso das emendas classificadas com "RP 6" e "RP 7"; ou

c) programações constantes desta Lei, de interesse nacional ou regional, no caso das emendas classificadas com "RP 8", observado o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024;

V - não ocorra redução do montante das dotações destinadas nesta Lei e em seus créditos

V adicionais, por autor, a ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e ~~ao~~ desenvolvimento de ensino; e

VI - seja ~~mantido o identificador~~ mantida a identificação de resultado primário e a identificação das emendas e dos

VI autores.

~~§ 10.~~ § 10. Após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2026, as dotações referentes a emendas parlamentares (RP 6, RP 7 e RP 8) bloqueadas poderão ser canceladas para fins de suplementação de despesas primárias obrigatórias, observado, no que couber, o disposto em ato do Poder Executivo federal.

§ 11. A necessidade de suplementação e a possibilidade de anulação de dotações classificadas com ~~"RP 1"~~ deverão ser previamente demonstradas no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado para fins de cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para ~~2025~~2026, na forma prevista no Quadro 10A integrante desta Lei, ressalvadas as hipóteses em que o crédito suplementar:

I - não alterar o valor em relação aos detalhamentos constantes do Quadro 10A;

II- estiver relacionado à transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de

II recursos que tenham vinculação constitucional ou legal;



III - for necessário ao atendimento de despesas do programa "0901 - Operações Especiais: Cumprimento de **Sentenças Judiciais**";

~~Sentenças Judiciais"; ou~~

IV - tratar de remanejamento entre despesas primárias obrigatórias com controle de fluxo, excluídos os benefícios aos servidores, e as despesas primárias discricionárias, no âmbito de ações e serviços públicos de saúde; ou

V - for aberto após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias
IV referente ao quinto bimestre de ~~2025;~~ e 2026.

~~V - quando se tratar de cancelamento de dotações bloqueadas para atendimento de reestimativa de despesas primárias obrigatórias, após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2025, ficam dispensados os requisitos previstos no § 9º, exceto o inciso III.~~

~~§ 11~~ § 12. Os limites de que tratam o inciso IV do § 1º, o inciso III do § 3º e o § 4º:

I - deverão ter como referência os valores e as classificações inicialmente fixados nesta Lei, e considerarão, inclusive para fins de anulação de dotações, os valores:

a) transpostos, remanejados ou transferidos com fundamento na autorização prevista na Lei de ~~Diretrizes~~
Diretrizes Orçamentárias para ~~2025~~ 2026; e

~~b) -~~ cujas classificações forem alteradas com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias ~~para 2025~~ para 2026, exceto
b) para fins do disposto no inciso III do § 3º quando se tratar de alteração de "RP" nos termos da referida Lei; e

II - poderão ser utilizados cumulativamente.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Seção I

Das fontes de financiamento

Art. 5º As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimento - somam o valor de R\$ ~~166.563.810.988~~ 197.894.202.561,00 (cento e ~~sessenta~~ noventa e ~~seis~~ sete bilhões, ~~oitocentos e noventa e quatro~~ milhões, ~~duzentos e dois mil e quinhentos e sessenta e três~~ milhões, ~~oitocentos e dez mil e novecentos e oitenta e oito~~ mil e ~~um~~ reais), conforme especificadas no Anexo III.

Seção II

~~Seção II~~

Da fixação da despesa

Art. 6º A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R\$ ~~166.563.810.988~~ 197.894.202.561,00 (cento e ~~sessenta~~
~~noventa e seis~~ sete bilhões, ~~oitocentos e noventa e quatro~~ milhões, ~~duzentos e dois mil e quinhentos e sessenta e três~~ milhões, ~~oitocentos e dez mil e novecentos e oitenta e oito~~ mil e ~~um~~ reais), cuja distribuição por órgão orçamentário consta do Anexo IV.

Seção III

Da autorização para a abertura de créditos suplementares

Art. 7º Fica o Poder Executivo federal autorizado a abrir créditos suplementares, desde que - compatíveis com a meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para ~~2025~~ 2026, destinados a:

I - suplementação de subtítulo, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor constante ~~desta~~
~~Lei~~ desta Lei, por meio da utilização de recursos provenientes de geração própria, anulação de dotações da mesma empresa ou aporte da empresa controladora;

II - suplementação de dotações relativas a ações em execução no exercício de ~~2025~~ 2026, por meio da utilização, em favor da empresa correspondente e da programação respectiva, de saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

III - suplementação ou ajuste de dotações que tenham correspondência com despesas
III consignadas em créditos suplementares ou especiais abertos no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.



§ 1º O limite de que trata o inciso I ~~do caput não~~ do caput não se aplica:

I - quando a suplementação correr à conta de anulação de dotações de subtítulos integrantes ~~da mesma ação no âmbito da mesma empresa; e~~
da mesma ação no âmbito da mesma empresa; e

II - para suplementar as dotações classificadas com ~~"RP 3"~~ ou ~~"RP 5"~~, mediante geração adicional
de recursos ou, observados os respectivos identificadores de resultado primário no âmbito da mesma empresa, anulação de dotações.

§ 2º Na hipótese de empresas não consideradas na meta de resultado primário nos termos do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para ~~2025~~2026, a suplementação de que trata o inciso I ~~do caput também~~ do caput também poderá ser realizada por meio da utilização de fontes de financiamento relativas a recursos para aumento do patrimônio líquido, operações de crédito de longo prazo e outros recursos de longo prazo.

§ 3º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até 15 de dezembro ~~de 2025, do ato de abertura do crédito suplementar.~~
de 2026, do ato de abertura do crédito suplementar.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E EMISSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

~~Art. 8º Com fundamento no disposto no art. 165, § 8º, e no art. 167, caput, inciso III, da Constituição e no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo do disposto no art. 52, caput, inciso V, da Constituição, ficam autorizadas a contratação e a realização das operações de crédito junto aos organismos multilaterais a que se refere a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, e das previstas nesta Lei, exceto as operações condicionadas à aprovação do Congresso Nacional classificadas com a fonte de recursos "9444", incluída a emissão de:~~

Art. 8º Com fundamento no disposto no art. 165, § 8º, e no art. 167, caput, inciso III, da Constituição e no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo do disposto no art. 52, caput, inciso V, da Constituição, ficam autorizadas a contratação e a realização das operações de crédito junto aos organismos multilaterais a que se refere a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e das previstas nesta Lei, exceto as operações condicionadas à aprovação do Congresso Nacional classificadas com a fonte de recursos "9444", incluída a emissão de:



I - títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional; e

II - até ~~um milhão cento~~vinte milhões setecentos e ~~cinquasetenta~~ e ~~cinco~~sete mil ~~seiscentos~~setecentos e ~~noventa~~dezoito títulos da dívida

agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício de ~~2025~~2026, observado o disposto no ~~art. 184, § 4º, da Constituição,~~art. 184, § 4º, da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a dois anos.

§ 1º O montante das operações de crédito por emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional condicionadas à aprovação do Congresso Nacional na forma ~~da~~prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias para ~~2025~~2026, classificado nesta Lei com a fonte de recursos ~~"9444"~~, deduzido o montante das alterações de que trata o art. 3º, § 3º, inciso I, desta Lei, será autorizado:

~~I - por meio da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição; ou~~

~~II - em conformidade com o disposto no art. 3º, § 3º, inciso II, desta Lei, caso o cumprimento do disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição seja suspenso na forma da Constituição.~~

I - por meio da aprovação de projeto de lei de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição; ou

II - em conformidade com o disposto no art. 3º, § 3º, inciso II, desta Lei, caso o cumprimento do disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição seja suspenso na forma prevista na Constituição.

§ 2º A exposição de motivos que acompanhar o projeto de lei a que se refere o inciso I do § 1º ~~deste artigo~~ conterà o montante das alterações de que trata o art. 3º, § 3º, inciso I, e o Poder Executivo federal atualizará essa informação sempre que ocorrer alteração do montante inicial, a fim de que o Congresso Nacional possa ajustar o projeto de lei à real necessidade de suplementação e realização de operações de crédito.

§ 3º Observado o disposto no ~~art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,~~art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, os recursos provenientes das operações de crédito a que se refere este artigo poderão ser remanejados para aplicação em despesas constantes desta Lei e de créditos adicionais.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Integram esta Lei os seguintes Anexos, incluídos aqueles mencionados nos art. 2º, art. 3º, art. 5º e art. 6º:

- I - receita estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica, discriminada segundo a origem dos recursos;
- II - distribuição da despesa fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por órgão orçamentário;
- III - discriminação das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento;
- IV - distribuição da despesa fixada no Orçamento de Investimento por órgão orçamentário;
- ~~V - autorizações específicas de que tratam o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição e a Lei de Diretrizes~~
V - autorizações específicas de que tratam o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025-2026, relativas a despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves;
- VII - quadros orçamentários consolidados;
- VIII - discriminação das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- IX - discriminação da legislação da receita e da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- X - programa de trabalho das unidades orçamentárias e detalhamento dos créditos orçamentários dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e
- XI - programa de trabalho das unidades orçamentárias e detalhamento dos créditos orçamentários do Orçamento de Investimento.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

